

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.099 - PR (2019/0036977-3)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE : J A N (PRESO)**  
**ADVOGADO : EDMUNDO MANOEL SANTANA E OUTRO(S) - PR031308**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por J A N contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que denegou o *writ* pleiteado naquela instância, nos autos de n. 0042091-60.2018.8.16.0000 (e-STJ fl. 212):

*HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E FURTO. 'OPERAÇÃO CATARINA'. PRELIMINAR DE NULIDADE POR INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. PACIENTE POLICIAL MILITAR. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. DELITO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE SEM CORRESPONDENTE NO CÓDIGO PENAL MILITAR. CRIME DE FURTO. PREVISÃO NO CÓDIGO PENAL E NO CÓDIGO PENAL CASTRENSE. HIPÓTESES DO ART. 9º, INC. II DO CÓDIGO PENAL MILITAR (CRIMES MILITARES IMPRÓPRIOS), NÃO CARACTERIZADAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM FIRMADA EM RELAÇÃO AOS DOIS DELITOS NARRADOS NA DENÚNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. FUMUS COMISSI DELICT E PERICULUM LIBERTATIS DEMONSTRADOS. IMPOSSIBILIDADE DE AMPLA INCURSÃO NA SEARA PROBATÓRIA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DESPACHO QUE DECRETOU A CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPROCEDÊNCIA. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. INDÍCIOS DE ENVOLVIMENTO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESPECIALIZADA EM FURTOS A AGÊNCIAS BANCÁRIAS. ENVOLVIMENTO DE POLICIAIS MILITARES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA PARA O 11.º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CAMPO MOURÃO. IMPROCEDÊNCIA. NOTICADA FALTA DE ESTRUTURA, NO LOCAL, PARA ABRIGAR O PACIENTE. PREJUÍZO PARA A AMPLA DEFESA NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA.*

A defesa alega, em síntese, que a competência para a apreciação da matéria é da justiça militar, e não da justiça comum estadual, e

que a segregação cautelar é ilegítima por ausência de fundamentação idônea.

Em liminar e no mérito, pede o relaxamento da prisão preventiva.

É o relatório. **Passo a decidir.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como a liminar em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Entretanto, em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado, a justificar o deferimento da medida de urgência.

Quanto à tese de que a justiça comum estadual seria incompetente para examinar a causa, esclareça-se que, no caso destes autos, os supostos delitos de organização criminosa e de furto foram cometidos por policial militar que não estava em serviço nem atuando em razão da função, em lugar não sujeito à administração militar, contra pessoas jurídicas de direito privado, de modo que não há de se reconhecer a competência da justiça militar. Nessa linha de entendimento, confirmam-se:

*AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. FURTO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA ARMADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA CASTRENSE. CRIME QUE NÃO SE QUALIFICA QUER COMO MILITAR PRÓPRIO, QUER COMO MILITAR IMPRÓPRIO. DENUNCIADO QUE EXERCE O CARGO DE POLICIAL MILITAR. IRRELEVÂNCIA. NULIDADE NÃO CARACTERIZADA.*

*1. A competência da Justiça Militar não é firmada em razão de o crime haver sido praticado por militar, mas sim em função da natureza da infração, que deve se qualificar como militar própria ou imprópria, nos termos do artigo 124 da Constituição Federal e do artigo 9º do Código Penal Militar.*

*2. O simples fato de o acusado integrar a Polícia Militar não atrai a competência da Justiça Castrense para processá-lo e julgá-lo, pois, nos termos do inciso II do artigo 9º do Código Penal Militar, exige-se que o delito seja praticado em alguma*

*das circunstâncias nele descritas, o que não ocorreu na espécie, em que o réu não se encontrava em serviço nas datas dos fatos, ainda que tenha utilizado de instrumento de rádio pertencente à polícia militar para facilitar a empreitada criminoso, não tendo ocorrido qualquer ofensa ao patrimônio da instituição.*

*(...).*

3. Agravo improvido.

*(AgRg no AREsp 1111512/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 01/02/2019)*

**CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL. MILITAR. DELITO DE TENTATIVA DE FURTO CIRCUNSTANCIADO PRATICADO POR POLICIAIS MILITARES. CRIME MILITAR. NÃO CONFIGURADO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.**

1. O art. 9º do CPM elenca todas as hipóteses em que se configura um crime de natureza militar. Apesar de o crime ter sido praticado por policiais militares, o caso dos autos não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no referido artigo.

2. Competência militar não é firmada pela condição pessoal de militar, mas pela natureza da infração. Os militares não agiram em razão de suas funções, não havendo, pois, que se falar em crime militar.

3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária de São Paulo - DIPO 4, suscitado.

*(CC 121.328/SP, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/10/2012, DJe 09/11/2012)*

Relativamente à fundamentação, observa-se que os indícios do *fumus comissi delicti* foram colhidos a partir de investigação extensa quanto a organização criminosa especializada em furtos de grandes proporções, ao passo que o *periculum libertatis* é evidenciado pela aparente contumácia delitiva do grupo. É o que se extrai das seguintes passagens (e-STJ fl. 227):

*Como se vê, e a contrário do que afirma o impetrante, o decreto prisional não se vê calcado por motivação genérica e inidônea, nem tampouco se vê desprovido de motivação, nos termos da exigência inscrita no art. 93, inc. IX, da Constituição da República.*

*A manutenção da custódia cautelar encontra fundamento na imperiosa necessidade de se acautelar a “ordem pública”, nos termos do decreto prisional, pelo fato de estar sendo investigada complexa organização criminosa, composta por diversos indivíduos que, em tese, se dedicam ao cometimento de crimes patrimoniais de forma reiterada e contumaz, assim revelando-se a necessidade da medida para cessar a continuidade das atividades ilícitas investigadas.*

*Veja-se, a propósito dessa circunstância, que as investigações demonstram que a organização teve envolvimento no cometimento de ao menos dois crimes de furto, com emprego de semelhante modus operandi, sendo que o paciente se utilizou de sua condição de policial militar para facilitar a consecução do crime cometido em 02.06.18, sendo esta circunstância apta a demonstrar, in concreto, a gravidade dos fatos.*

*Evidencia-se, nessa toada, que os fatos apurados, pelas suas circunstâncias, se revestem de inegável gravidade, de modo a justificar-se plenamente a decretação e manutenção da medida constritiva para a “garantia da ordem pública”, com o fim de evitar a continuidade das atividades então investigadas, notadamente em existindo elementos que demonstram tanto a participação da paciente na organização criminosa e no cometimento de um dos crimes de furto apurados, quanto a dedicação reiterada dos membros da organização ao tráfico de entorpecentes.*

E é certo que indícios de contumácia delitiva, reveladora de maior probabilidade de futura reiteração, legitimam a prisão preventiva. Nessa linha de entendimento, confirmam-se os seguintes julgados, dentre inúmeros de igual teor:

**HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. FUMUS COMISSI DELICTI. PERICULUM LIBERTATIS. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ORDEM DENEGADA.**

(...).

2. O Juízo de primeiro grau apontou concretamente os indícios da autoria e da materialidade do delito, assim como a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal. Isso porque indicou motivação suficiente para justificar a necessidade de colocar o paciente cautelarmente privado de sua liberdade, dada a sua reiteração delitiva (o acusado ostenta condenação anterior por crime de mesma natureza), a despeito

*de não se tratar de quantidade excessiva de droga apreendida.*

*3. Ordem denegada.*

*(HC 426.222/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)*

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, POSSE DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES E CORRUPÇÃO DE MENOR. NULIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE. QUESTÃO SUPERADA COM A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. PRISÃO AMPARADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA E REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO IMPROVIDO.*

*(...).*

*3. Na espécie, a segregação preventiva do recorrente encontra-se devidamente motivada, pois destacou o Magistrado de piso a gravidade concreta da conduta, evidenciada pela apreensão de 350g (trezentos e cinquenta gramas) de maconha, 1 revólver calibre 32, carregado com 6 munições intactas, além de 8 munições calibre 38 e 3 munições calibre 44, todas de uso restrito, e também pela participação de adolescente na empreitada criminoso. O decreto prisional enfatizou, ainda, a reiteração delitiva do recorrente, o qual "possui várias passagens judiciais, inclusive já tendo sido pronunciado pelo também grave, e igualmente hediondo, crime de tentativa de homicídio qualificado". Portanto, a custódia cautelar está justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ante a gravidade efetiva da conduta e a contumácia criminoso do recorrente.*

*4. Recurso ordinário a que se nega provimento.*

*(RHC 88.883/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017)*

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. REGISTRO CRIMINAL ANTERIOR PELO MESMO CRIME. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO EFETIVO. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO*

CRIMINAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRIÇÃO JUSTIFICADA. REGIME INICIAL SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE COM O ENCARCERAMENTO CAUTELAR. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA MEDIDA COM O MODO DE EXECUÇÃO FIXADO NO ÉDITO REPRESSIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM PARTE EVIDENCIADO. RECLAMO IMPROVIDO. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO.

(...).

2. O fato de o condenado possuir registros penais anteriores, inclusive pelo delito de tráfico de drogas demonstra o risco efetivo de reiteração caso o agente seja solto, corroborando o *periculum libertatis* exigido para a preventiva.

(...).

7. Recurso ordinário improvido, concedendo-se, contudo, a ordem de habeas corpus de ofício, para determinar que o recorrente aguarde o julgamento da apelação eventualmente interposta no modo semiaberto de execução, fixado na sentença.

(RHC 78.521/PI, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 01/02/2017)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. NEGATIVA DE AUTORIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO QUE VISA OBSTAR A CONTINUIDADE DELITIVA. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

(...).

III - No caso, a prisão preventiva para a garantia da ordem pública está devidamente fundamentada em elementos extraídos dos autos a indicarem que o recorrente estaria prosseguindo com os negócios da quadrilha liderada por seu irmão, coordenando a distribuição das drogas e a arrecadação do dinheiro oriundo do tráfico na municipalidade, o que patenteia o *periculum libertatis* e demonstra o risco de reiteração delitiva.

(...).

Recurso ordinário conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido.

(RHC 64.897/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016).

Assim, apesar dos argumentos apresentados pela defesa, não há elementos nos autos que evidenciem a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

